

PRODUÇÃO ANIMAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

APÊNDICE 3.10.1.

Diretrizes para o Controle de Perigos Biológicos de Importância em Saúde Pública e Saúde Animal Através da Inspeção de Carnes Ante-mortem e Post-mortem Artigo 3.10.1.1.

Introdução

As doenças transmitidas por alimentos e as zoonoses são importantes problemas de saúde pública e causas de diminuição da produtividade econômica em países desenvolvidos e em desenvolvimento. De modo similar, a transmissão de perigos de importância em sanidade animal através da cadeia de produção de carne e produtos associados pode resultar em perdas econômicas significativas na criação de animais. A inspeção dos animais no abate pode fornecer uma contribuição valiosa para a vigilância de certas doenças de importância em saúde pública e animal. O controle e/ou a redução dos perigos biológicos em saúde pública e animal através da inspeção de carnes ante-mortem e post-mortem são uma das responsabilidades principais dos Serviços Veterinários.

Artigo 3.10.1.2.

Finalidade

Estas diretrizes fornecem a base para o desenvolvimento futuro de padrões da OIE para segurança alimentar ligada à produção animal.

Artigo 3.10.1.3.

Práticas higiênicas através da cadeia de produção da carne

O Código de Práticas de Higiene para a Carne (CPHC) do Codex Alimentarius constitui o padrão internacional principal para a higiene da carne e incorpora uma abordagem baseada no risco para a aplicação de medidas sanitárias através da cadeia de produção da carne. A inspeção ante-mortem é descrita como o componente primário de higiene de carnes antes do abate, e a inspeção post-mortem é descrita como o componente primário no controle do processo de higiene da carne pós-abate. O CPHC reconhece especificamente a dualidade dos objetivos perseguidos pelas atividades de inspeção em abatedouros, em termos de saúde pública e animal.

O CPHC não fornece medidas de inspeção para perigos específicos, que permanecem como responsabilidade das autoridades nacionais competentes. Os riscos para a saúde pública e animal associados às populações de animais de criação variam de acordo com as regiões e sistemas de produção animal, e as inspeções ante-mortem e post-mortem necessitam ser estruturadas de acordo com a situação do país e seus objetivos em saúde pública e animal. O CPHC fornece uma base para o desenvolvimento dos sistemas de higiene da carne baseados na avaliação de risco. Há poucos modelos de análise de risco e poucas informações científicas relevantes sobre os perigos para a saúde pública derivados especificamente dos animais e seus produtos, dificultando o desenvolvimento de padrões baseados no risco para doenças transmitidas por alimentos e para zoonoses. Enquanto as informações científicas ainda estão sendo obtidas, os sistemas de inspeção ante-mortem e post-mortem vão permanecer dependentes de abordagens tradicionais.

Artigo 3.10.1.4.

Os Serviços Veterinários e os programas de inspeção da carne

Os Serviços Veterinários são primariamente responsáveis pelo desenvolvimento dos programas de inspeção ante-mortem e post-mortem da carne. Sempre que for possível, os procedimentos de inspeção devem ser baseados no risco, e os sistemas de administração devem refletir normas internacionais e cobrir os e perigos significativos para animais e humanos em animais de produção a serem abatidos, como determinado pelos Serviços Veterinários.

Em relação à inspeção ante-mortem e post mortem como componente da higiene de carnes, as responsabilidades dos Serviços Veterinários incluem:

1. avaliação e administração do risco;
2. estabelecimento de políticas e padrões;
3. concepção e administração dos programas de inspeção;
4. garantia e certificação da execução adequada da inspeção e de atividades de controle de conformidade;
5. disseminação de informações através da cadeia de produção da carne.

Artigo 3.10.1.5.

Avaliação e administração do risco

Os Serviços Veterinários devem utilizar ao máximo a avaliação de risco para o desenvolvimento de medidas sanitárias. Os Serviços Veterinários devem priorizar a abordagem da contaminação microbiológica, sem negligenciar anomalias microscópicas detectadas na inspeção ante-mortem e post-mortem, uma vez que a contaminação é considerada a fonte mais importante de perigos.

Testes microbiológicos, sorológicos ou de outra natureza em um animal individual ou em um rebanho, como parte da inspeção ante-mortem e post-mortem devem ser usados para apoiar a vigilância, assim como para a avaliação dos riscos apresentados pelos perigos prioritários transmitidos por alimentos. As informações reunidas devem ser ligadas a dados de doenças humanas a fim de permitir a avaliação da efetividade das várias opções de gestão, assim como a avaliação geral das fontes de doenças transmitidas por alimentos.

A aplicação de uma estrutura genérica deve fornecer um processo sistemático e consistente para administrar todos os riscos de biossegurança, ao mesmo tempo em que acomoda as diferentes metodologias de avaliação de risco usadas em saúde pública e animal.

Artigo 3.10.1.6.

Estabelecimento de políticas e padrões

A(s) autoridade(s) nacional(is) competente(s) devem fornecer um ambiente institucional apropriado para permitir que os Serviços Veterinários desenvolvam as políticas e padrões necessários.

Além de atingir os objetivos de saúde pública, as políticas e padrões relacionados à inspeção ante-mortem e post-mortem devem buscar detectar e remover perigos de significância em saúde animal encontrados na cadeia de produção de carne. Este fim pode ser alcançado através da eliminação de animais vivos na inspeção ante-mortem ou pela retirada de tecidos específicos na inspeção post-mortem.

Os Serviços Veterinários devem manter suas atividades integradas ao máximo, de modo a evitar a duplicação dos esforços e custos desnecessários, por exemplo, no processo de certificação internacional.

Artigo 3.10.1.7.

Concepção e administração dos programas de inspeção

Os Serviços Veterinários contribuem para se alcançar os objetivos de saúde pública e animal requeridos pela legislação nacional ou por países importadores, desempenhando diretamente algumas tarefas veterinárias ou através da auditoria de atividades de saúde animal e pública conduzidas por outras agências ou pelo setor privado. Desta forma, os Serviços

Veterinários fornecem garantias internas para os parceiros comerciais de que os padrões de segurança e adequação foram cumpridos. Os Serviços Veterinários devem permitir flexibilidade na execução do serviço de inspeção de carnes através de um corpo competente, oficialmente reconhecido, operando sob sua supervisão e controle.

Em reconhecimento à contribuição da indústria para a segurança alimentar, os sistemas de garantia de segurança podem ser estendidos, no caso da inspeção ante- morte e post-morte, a sistemas que integrem as atividades da indústria e dos Serviços Veterinários. No entanto, os Serviços Veterinários devem levar em consideração os fatores identificados no Capítulo 1.3.3., sobre a avaliação dos Serviços Veterinários. Por exemplo, se funcionários do setor privado forem usados para executar as atividades de inspeção ante-morte e post-morte sob supervisão e responsabilidade dos Serviços Veterinários, os Serviços Veterinários devem especificar os requerimentos de competência destes profissionais e avaliar seu desempenho.

Artigo 3.10.1.8.



Garantia e certificação

A garantia e a certificação da execução apropriada da inspeção e das atividades de controle de conformidade são funções vitais dos Serviços Veterinários. Certificados sanitários internacionais dando garantias oficiais para a comercialização da carne devem inspirar confiança absoluta no país importador.

Artigo 3.10.1.9.



Disseminação da informação

A organização e disseminação de informações através da cadeia de produção da carne envolvem esforços multidisciplinares. A fim de garantir a implementação efetiva dos procedimentos de inspeção ante-morte e postmorte, os Serviços Veterinários devem estabelecer sistemas de monitoramento destes procedimentos e a troca das informações obtidas. Além disso, deve haver um programa contínuo para o monitoramento de perigos em pontos apropriados da cadeia de produção da carne de modo a auxiliar a avaliação dos controles de eficácia. Sistemas de identificação e rastreabilidade animal devem ser integrados de forma a se poder rastrear o animal abatido até seu local de origem, e os produtos derivados deste animal através da cadeia de produção.